



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY**  
PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL



**PROJETO DE LEI**

**Dispõe sobre a obrigatoriedade de contrapartida social, cultural, ambiental ou econômica por parte de organizadores de eventos de grande porte realizados no Município de Paraty e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY, por seus representantes legais, RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito da política pública municipal de fomento e ordenamento de eventos de grande porte no Município de Paraty, o dever de observância de contrapartidas sociais, culturais, ambientais ou econômicas, a serem oferecidas ao município e à população local pelos organizadores de eventos promovidos, apoiados ou autorizados pelo Poder Público Municipal.

**Art. 2º** Consideram-se eventos de grande porte, para fins desta lei, aqueles que:

- I** – Possuam público estimado igual ou superior a 2.000 (duas mil) pessoas por dia de evento;
- II** – Utilizem espaços públicos ou demandem estrutura municipal (segurança, trânsito, limpeza, etc.);
- III** – Tenham patrocínio público ou captação de recursos incentivados por leis federais ou estaduais de incentivo à cultura ou esporte.

**Art. 3º** As contrapartidas deverão ser formalizadas em Termo de Compromisso entre a organização do evento e a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria competente, e poderão incluir, mas não se limitar a:

- I** – Doação de bens ou serviços de interesse público;
- II** – Realização de oficinas, cursos ou atividades culturais gratuitas para a comunidade local;
- III** – Investimentos em infraestrutura urbana, turística, ambiental ou educacional;
- IV** – Compensações ambientais;
- V** – Apoio a artistas, guias, produtores ou empreendedores locais.
- VI** – Destinação de recursos, serviços ou atividades a instituições filantrópicas não governamentais regularmente constituídas no Município de Paraty.

**Art. 4º** A definição da contrapartida será proporcional ao porte e impacto do evento, e deverá constar no processo de autorização do evento, sendo condicionante para sua realização.

**Parágrafo único.** A avaliação da proporcionalidade será realizada pelas secretarias ou órgãos competentes designados pelo Poder Executivo, conforme a natureza e o impacto do evento.

**Art. 5º** Os organizadores dos seguintes eventos ficam sujeitos às disposições desta Lei, sem prejuízo de outros que venham a se enquadrar nos critérios estabelecidos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY**  
PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL



- I** – Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP);
- II** – UTMB Paraty (evento esportivo de ultramaratona);
- III** – Festival Bourbon Paraty de Jazz & Blues;
- IV** – Outros eventos similares com impacto turístico ou ocupação significativa do espaço urbano.

**Art. 6º** O não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta lei implicará:

- I** – Indeferimento da autorização para edições futuras do evento;
- II** – Multa administrativa, conforme regulamentação posterior;
- III** – Inserção em cadastro municipal de inadimplência para organizadores de eventos.

**Art. 7º** O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no que couber.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY  
PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL



## JUSTIFICATIVA

A presente indicação tem por objetivo estabelecer a obrigatoriedade de contrapartidas sociais, culturais, ambientais ou econômicas por parte dos organizadores de eventos de grande porte realizados no Município de Paraty, visando garantir que tais eventos retornem benefícios concretos à comunidade local, promovendo desenvolvimento sustentável, inclusão e justiça social.

Paraty é sede de importantes eventos culturais, esportivos e turísticos — como a **FLIP (Festa Literária Internacional de Paraty)**, o **UTMB (ultramaratona)** e o **Festival Bourbon de Jazz & Blues** — que movimentam a economia, promovem a cidade nacional e internacionalmente e atraem milhares de visitantes. No entanto, esses eventos também geram impactos significativos na infraestrutura urbana, mobilidade, serviços públicos e utilização de espaços públicos.

Um ponto que merece atenção especial é a utilização do espaço onde funciona, ao longo do ano, o estacionamento cuja renda é revertida ao **ITAE – Instituto Trilha da Arte e Educação**. Essa arrecadação é essencial para a manutenção das atividades do Instituto, que desenvolve projetos sociais e educacionais voltados à população local, especialmente crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade. Os recursos obtidos com o estacionamento são utilizados para cobrir despesas operacionais, ações de formação, oficinas, eventos comunitários e manutenção das atividades pedagógicas e culturais promovidas pela entidade.

Quando o espaço do estacionamento é utilizado por estruturas de grandes eventos, o ITAE deixa de arrecadar valores importantes, comprometendo sua sustentabilidade financeira e afetando diretamente o atendimento às famílias beneficiadas. Essa interrupção na receita não é, na maioria das vezes, compensada pelos organizadores dos eventos, o que evidencia a necessidade de uma legislação que garanta, no mínimo, uma contrapartida proporcional ao uso do espaço e ao impacto causado. Além disso, muitos desses eventos contam com apoio do poder público municipal, estadual ou federal, fazem uso de espaços públicos e demandam mobilização de recursos públicos (limpeza, segurança, trânsito, etc.), sem garantirem, por regra, um retorno direto à população residente.

Dessa forma, propõe-se que a realização de eventos de grande porte em Paraty esteja condicionada à formalização de contrapartidas claras e objetivas, a serem definidas conforme o porte do evento, o impacto gerado e a utilização de estruturas e espaços públicos. As contrapartidas podem incluir apoio a instituições locais, ações de capacitação, atividades culturais gratuitas, compensações ambientais ou investimentos em infraestrutura.

Trata-se de uma medida de responsabilidade social, que visa garantir que o crescimento turístico e cultural da cidade caminhe lado a lado com a valorização de quem vive e trabalha em Paraty todos os dias.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres colegas para que esta indicação seja acolhida, debatida e transformada em medida concreta em benefício do povo de Paraty.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY**  
PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL



Sala das Sessões, em 18 de setembro de 2025.

**Autor**

**CLAUDNEI ALCANTARA DA COSTA**  
**VEREADOR - NEY**  
*Republicanos*

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 3600380034003800320035003A005000

Assinado eletronicamente por **Claudnei Alcântara da Costa** em 18/09/2025 15:13

Checksum: **1F19A15172F3F32967AC366E0CA0A0ED9418B1F4902FF9A23B0B7047FD7B2AAA**